

BALANÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – RS: INSTRUMENTAL DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EM NÍVEL SOCIAL

Rosálvaro Ragnini¹

RESUMO

O estudo desenvolvido teve como fim principal avaliar se os indicadores sociais da Universidade de Passo Fundo – UPF, localizada no estado do Rio Grande do Sul, satisfazem ao interesse de todos os usuários da informação contábil. Para isso, foram estabelecidos como objetivos específicos: elaborar o balanço social na Universidade de Passo Fundo no período de 1997, propondo índices de cunho social mensuráveis que o complementem, dentre os quais medidas quanto à distribuição de renda, pobreza, bem como medidas do impacto no sistema econômico de caráter multissetorial. Para tanto, a metodologia utilizada está baseada em Hoffmann (1998), Rossi (1982) e Leontief (1951). A população estudada foi o quadro de funcionários da UPF em dezembro de 1997, composta por 707 funcionários e 867 professores. Os resultados indicam que a elaboração do balanço social da UPF associado aos índices de desigualdade e indicador intersetorial torna mais compreensível a importância relativa da UPF para a sociedade como um todo. Esta abordagem, por outro lado, mostra potencial para ser aplicada a qualquer ramo de atividade, por sua importância, objetividade, viabilidade e porque as variáveis utilizadas são (salários, número de empregados, faturamento, etc.) de cunho igual para com toda entidade.

Palavras-chave: balanço social, índices de desigualdade, indicador multissetorial.

1 INTRODUÇÃO

A evolução das comunicações e a globalização estão forçando as empresas a divulgar, a cada ano, com maior transparência e para um público mais abrangente e consciente, suas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis atualmente divulgadas estão direcionadas ao mercado investidor e financeiro. As informações, reduzidas ao máximo por determinação da lei n. 6.404/76, são quase que intraduzíveis para

¹ Mestre em Administração pela Ufsc, professor do curso de Administração e Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo (UPF) e pesquisador do Centro Regional de Economia e Administração da UPF. E-mail: kuki@lci.upf.tche.br

a maioria das pessoas leigas em contabilidade, até mesmo para pequenos investidores que não dispõem da estrutura das corretoras para traduzir os números contábeis divulgados pelas empresas.

Tais demonstrações não contemplam com equidade todos os usuários da informação contábil, entre os quais se incluem os assalariados. O tipo de informação que a lei compele as empresas a divulgar aos mais diferenciados usuários está estabelecido no artigo 176 e seus parágrafos. Uma leitura bem atenta dessa lei revela que, dentre essas informações, as que mais interessam e dizem respeito aos assalariados não são divulgadas.

Com a globalização da economia e a perseguição da qualidade total, que se alastram em nosso país, esta última plenamente adotada pela maioria das grandes empresas aqui instaladas, o relacionamento social das empresas com seus empregados, clientes, acionistas e a comunidade que as cerca ou delas depende a cada dia está mais evidenciado, forçando a uma abertura e transparência sempre maior das informações, não só as econômico-financeiras, como também as relacionadas aos resultados sociais produzidos e aos reais acréscimos de riqueza à economia do país.

Aqui entram a iniciativa e a competência do profissional da contabilidade, mediante convencimento do empresário sobre a divulgação dessas informações. Vale lembrar um dos princípios declarados publicamente e acolhido da Carta de Belo Horizonte, datada de agosto de 1993: “Os contadores, como profissionais e cientistas da riqueza dos empreendimentos, estão conscientes de suas elevadas responsabilidades perante a sociedade humana e aceitam-nas como instrumentos relevantes do bem-estar dos povos.”

2 BASE CONCEITUAL

2.1 A importância do balanço social

A crescente preocupação da sociedade brasileira com o nível de injustiça social no país tem tido, ultimamente, reflexos importantes em significativo número de empresas no Brasil, as quais têm incluído informações sobre o seu desempenho em nível social no corpo de suas demonstrações contábeis. Na prática, o balanço social dessas empresas é um dos componentes do instrumental utilizado no cálculo da excelência empresarial em nível social, constituindo relevante fonte de informações que poderia nortear a tomada de decisão do crescente número de investidores, para os quais a preocupação social é fator importante em seus investimentos.

Baseado no reconhecimento das empresas públicas ou privadas como agentes fundamentais no processo de desenvolvimento social, foi o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, (1997a), que, no Brasil, originalmente, fomentou o movimento para a elaboração de normas legais para regulamentar a atividade das empresas para o bem-estar social do indivíduo e, por consequência, da comunidade. De acordo com a proposta original, além das demonstrações financeiras tradicionais, as empresas deveriam produzir um balanço social cujo intuito seria apresentar informações aos seus credores, investidores, governo, empregados e à sociedade que as abriga: “Os tempos e as consciências estão maduras para que essa idéia caia em terreno fértil e se transforme em realidade. Que cada um tome a iniciativa e faça sua parte enquanto há tempo. O Brasil não pode esperar que o desenvolvimento passe por cima dos interesses e das cabeças de milhões de pessoas”. (Souza, 1997a)

Souza (1997b) aborda o tema destacando que “cabe às empresas oferecer dados sobre as atividades no campo social das entidades autônomas e independentes da sociedade civil”. Finalmente, concluiu que “o balanço social não pode ser uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável de investimentos realizados pelas empresas. A idéia precisa tornar-se realidade e espalhar-se pelo país”.

Os artigos mencionados deixam antever que há certa imprecisão nas considerações do que seria a atuação de cunho social benemérito das empresas e do governo e do que seria a sua atuação estrita como célula social. O balanço social teria a finalidade de prestar informações sobre diversos aspectos da relação capital-trabalho de uma entidade, isto é, deveria ser um conjunto de informações, contábeis ou não, gerenciais, econômicas e sociais capazes de proporcionar uma visão da entidade no que diz respeito aos seus aspectos relacionados à sociedade.

O balanço social torna-se um grande instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. Será um poderoso conjunto de informações nas definições das políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio a novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.

2.2 O que é o balanço social?

“Etablir un bilan, c’ est rendre compte à un partenaire auquel on doit des explications, c’ est renoncer à une souveraineté sans partage. L’ histoire du bilan financier,

du bilan fiscal et du bilan social, c' est l' historie de trois conquêtes sucessives qui traduit l' evolution du pouvoir dans l' entreprise".²

O professor Danziger, ao explicitar o significado de um balanço em seu sentido mais amplo, evolutivo e histórico, coloca com bastante propriedade e ênfase o vocábulo *conquista*. Conquista essa que foi trilhada ao longo da história, *pari-passu* com o desenvolvimento do sistema capitalista, que, para avançar, teve de se abrir no sentido de ter de divulgar informação, visando atingir os seus objetivos, destacando-se entre esses a ampliação da produção, o domínio do mercado e a maximização da rentabilidade.

Ainda com referência ao aspecto evolutivo da contabilidade e do balanço, segundo o autor, teve-se, primeiro, o balanço financeiro que presta contas preferencialmente aos acionistas, ainda que o faça também a outros usuários, chegando-se, em alguns países, ao balanço social, que: presta contas ao Estado do desempenho das empresas; presta contas aos trabalhadores do desempenho econômico e social da empresa.

2.2.1 O sentido preciso do balanço social

Para Edmond Marques,³ em sua obra *Le Bilan Social, l' homme l' entreprise, la cité*: “Em uma muito larga medida, a empresa é o seu pessoal. Fazer um balanço social é, com efeito, em um largo sentido, descrever seu pessoal, a forma como este evolui, as diversas categorias que o compõem, as condições nas quais trabalha, como entra e como sai da empresa, a interface, enfim, desse parceiro privilegiado com os outros membros do que se qualifica de coalizão de interesses.”

Conforme Danziger,⁴ o “balanço social é um documento importante, espelho da situação social na empresa, testemunhando o clima que a rege. Plataforma de cooperação ou de reivindicação, ele inaugura de maneira implícita uma nova era nos relatórios entre a direção e os assalariados”. É necessário conceder ao balanço social a mesma consideração de que se beneficiam o balanço financeiro e o balanço fiscal. Ainda de acordo com esse autor, o balanço social, que é uma necessidade de gestão e resposta a uma demanda de informação, tem um duplo objetivo:

- no plano legal, fornece um quadro de indicadores a um grupo social, que, após ter sido um simples fator de produção, encontra-se promovido como parceiro dos dirigentes da empresa;
- no plano de funcionamento da empresa, serve como instrumento de pilotagem no mesmo título que os relatórios financeiros. Os trabalhadores encontram-se,

² Danziger, Raymond, op.cit.

³ Marques, Edmond, op.cit.

⁴ Danziger, Raymond, op.cit.

assim, associados à elaboração e à execução de uma política que os liga ao principal dirigente.

Como se sabe, a França é o único país do mundo onde existe uma lei sobre o balanço social, ainda que em outros países, tais como Alemanha, Espanha, Inglaterra, Portugal, Suíça e Estados Unidos, algumas empresas, apesar da não obrigatoriedade legal, publiquem, juntamente com seus relatórios contábeis, informações sobre o seu desempenho econômico-social.

A lei francesa sobre o balanço é denominada “lei nº 77.769,” du 12 juillet 1977 relative au bilan social de l’entreprise, também conhecida como *Rapport Sudreau*. Esta foi posta em prática pela primeira vez em 1979, determinando que as empresas possuidoras de trezentos ou mais funcionários publicassem o balanço social. Todavia, desde a década de 60 vinha-se elaborando na França o balanço social.

A lei francesa possui inegáveis méritos. Ela reconhece, pela primeira vez de forma institucional, a importância dos trabalhadores no seio da empresa como usuários da informação contábil. O tipo de informação que a lei compele as empresas a fornecerem aos seus trabalhadores e aos diferentes sindicatos de classe é relevante do ponto de vista social. Arrolam-se aí dados relativos a: emprego, remuneração e encargos acessórios, condições de higiene e de segurança, outras condições de trabalho, formação profissional, relações profissionais, outras condições de vida relevantes na empresa. A lei estipula que as empresas possuidoras de trezentos ou mais trabalhadores elaborem anualmente o balanço social, que deve vir acompanhado de informação relativa aos dois últimos anos.

A lei, todavia, pelo seu ineditismo, não contempla uma série de informações de caráter econômico que os trabalhadores e outros analistas gostariam de ver publicadas nas peças contábeis. Uma dessas informações, provavelmente a mais importante, é o valor adicionado, noção utilizada em macroeconomia como elemento da contabilidade nacional. O valor adicionado bruto ou agregado – VAB – significa que, para exercer sua atividade, toda empresa deve procurar no mercado bens e serviços. Ela utiliza os equipamentos, seus capitais, o trabalho de seus assalariados para realizar outros bens e serviços, que, por seu lado, serão vendidos. A empresa se coloca, pois, entre dois mercados e agrega valor pela operação de transformação, via simples distribuição que ela opera.

A informação do valor adicionado pelas empresas em muito enriqueceria a informação contábil, sendo de importância vital para todos quanto se dedicam ao mister de analisar balanços. Julga-se até que, quando os contadores do Brasil passarem a utilizar

esta metodologia, terão dado um grande passo no sentido de aproximarem a contabilidade comercial (geral) da contabilidade nacional.

2.3 A experiência da elaboração do balanço social, em vários países

Estados Unidos da América

Conforme já explicitado anteriormente, foi neste país que, pela primeira vez, a noção de responsabilidade social deu lugar ao debate. Inevitavelmente, pelo estágio mais avançado do capitalismo, isso teria de acontecer nos Estados Unidos. A guerra do Vietnã foi seu estopim ao despertar o repúdio da população. Surgiu daí a contestação às políticas que vinham sendo adotadas tanto em nível de país como em nível de empresa, especialmente das que estavam envolvidas diretamente com a fabricação de armamentos de guerra. A partir desse movimento, em que tiveram influência marcante as Igrejas, as fundações, as organizações caritativas, as associações de antigos combatentes de guerra da Coréia e do Vietnã e profissionais formadores de opinião, surgiram os primeiros relatórios socioeconômicos, que procuravam descrever as relações sociais na empresa.

Atualmente, nos Estados Unidos, a preocupação dos empresários quanto à publicação de informações socioeconômicas está vinculada ao comportamento a respeito da poluição, à participação em obras culturais, à contribuição da empresa nos transportes coletivos existentes na cidade e a outros benefícios à coletividade.

Essa abordagem, em que tais itens são considerados como inerentes à responsabilidade da firma, engloba numa mesma apreciação o homem na empresa e a empresa na cidade. É uma abordagem de caráter ambiental, e as informações são, portanto, de ordem qualitativa. As empresas americanas, com poucas exceções, (Abt Associates), ministram pouca informação econômica aos seus trabalhadores, compreendido aí, e principalmente, o valor adicionado. Sobre isso os dirigentes sindicais americanos opinam dizendo que julgam inútil a difusão de indicadores a todos os assalariados. Os relatórios que são elaborados nos Estados Unidos têm, pois, como destinatários preferenciais os usuários externos da informação, bem mais que os assalariados.

Alemanha

A Alemanha encontra-se em uma situação comparável à dos Estados Unidos (à exceção dos problemas de igualdade perante o emprego), tendo, em *partageant* com a França, o cuidado de propiciar melhores condições de trabalho a seus funcionários.

Como nos Estados Unidos, certos agrupamentos e certos organismos reclamam de uma ética confessional; assim, o patronato, os sindicatos e os cristãos têm feito uso de suas participações nas empresas, influenciando suas direções. Professores universitários, banqueiros e institutos de pesquisa, como o Instituto Battelle em Frankfurt, têm feito conhecer seu ponto de vista e têm aconselhado às empresas a elaboração de relatórios socioeconômicos. Alguns empresários alemães têm tomado posições muito avançadas em relação à matéria.

A identificação do social com a ecologia de uma parte e com as condições de trabalho de outra faz parte dos relatórios alemães. Ainda que não existam nesse país textos legais, algumas empresas, entre elas Basf, Hochst, Fieroth, Deutsche Shell, B.P., Steag, bem como a subsidiária germânica da Mobil Oil Corporation, Mobil Oil H.G, vêm, por iniciativa própria, elaborando os balanços sociais. O conjunto dos compromissos sociais constitui um dos temas que se encontra nos documentos qualificados de "Contabilidade Social". Também uma pesquisa realizada na Alemanha fez ressaltar, entre as rubricas abordadas pelos relatórios sociais, o custo dos salários e encargos sociais, as despesas sociais voluntárias, a formação profissional, os esforços de informação interna, os números de acidentes; já, as contribuições a respeito da coletividade compreendem os empregos da pesquisa e da publicidade sobre as ações de controle de poluição.

Certos sindicatos operários alemães contribuem para que seus associados saibam utilizar as informações socioeconômicas e financeiras, elaborando relatórios que compreendem os dados sociais e os indicadores econômicos e financeiros. Esses são não somente retrospectivos, mas procuram, igualmente, reunir informações prospectivas.

Holanda

Na Holanda, bem como na Suécia, na Alemanha e na Inglaterra, a empresa não é politicamente contestada. Os representantes do pessoal consideram o patrão como um parceiro e a comunicação recíproca é natural. A informação aos assalariados em geral é desenvolvida. Essa atitude é confrontada por uma mentalidade econômica que aceita a interdependência entre o progresso social e o progresso econômico.

A Holanda foi o primeiro país do mundo a ter publicado os *Social Jarverslag* (Relatórios Sociais), seja sob a forma de jornal interno, seja no corpo do relatório anual aos acionistas, seja sob a forma de um relatório separado, publicado ao mesmo tempo que o relatório anual. Neles as condições de trabalho e as estatísticas sobre o emprego ocupam uma posição privilegiada, mas as considerações econômicas não estão ausentes. O documento tem por objetivo informar os assalariados. A marcha da empresa, os

resultados obtidos e os projetos em curso não são informações reservadas a uma minoria.

É necessário ver a origem dessas publicações dentro das conseqüências de certas formas de co-gestão menos conhecidas que a da co-gestão alemã, certos conselhos de *surveillance*, estando bipartites (acionistas e assalariados) ou tripartites (acionistas, assalariados e interesse público geral). Se os problemas de meio ambiente não são publicados, isso é feito de preferência a propósito das condições de emprego e de trabalho, desenvolvendo-se na maior parte dos relatórios holandeses.

Bélgica

Na Bélgica, a situação quanto à revelação de informações socioeconômicas aos distintos usuários da informação compara-se ao que ocorre na Holanda. Nesse país, foi instituído em 27 de novembro de 1973 um decreto real que está centrado sobre a perenidade da firma. Esse decreto distingue a informação de base (posição sobre o mercado, cálculo dos preços de revenda, orçamento ...), a informação anual (considerando os desvios entre o planejado e o real) e a informação ocasional (eventos importantes). O conjunto dessa informação é comunicado ao comitê da empresa.

Nesse documento, a densidade da informação é importante. Reporta-se aos pontos fortes e aos pontos fracos de um negócio por determinar sua capacidade de prolongar-se e de se desenvolver, supondo um consenso sobre o sistema econômico e a finalidade da empresa.

Este texto que regulamenta o balanço social congrega as informações econômicas às sociais, numa abordagem que incita os trabalhadores a tomarem posição nos dois campos e a compreenderem o laço de causa e efeito entre uma decisão social e suas implicações financeiras. Dentre as empresas belgas que se destacam por já estarem há tempos publicando o balanço social encontram-se: a Bekart, que tem utilizado o seu jornal interno; a Wallonie e, particularmente, a empresa siderúrgica Cockeril, que utiliza o balanço social para difundir sua política social (18).

Grã-Bretanha

Segundo Edmond Marqués,⁵ no Reino Unido fala-se muito de responsabilidade social. As pressões exercidas pelos movimentos sociais sobre os dirigentes de empresas são numerosas e muitas vezes inesperadas; assim, entidades representativas, como Ordem dos Peritos Contábeis, Social Science Research Council, British Institute of

⁵ Edmond, Marqués, op. cit. p.10

Maneagement, Department of Trade... e a CBI (Confederation of British Industries), levam o patronato inglês a também tomar posição por reconhecer certas formas de responsabilidade social. Inclusive professores, pesquisadores e grupos independentes têm usado sua influência para pressionar as entidades a divulgar informações socioeconômicas mais amplas do que as contidas nos relatórios contábeis.

Esses movimentos, em parte, foram vitoriosos, pois, embora não haja ainda obrigatoriedade legal de elaborar o balanço social, fizeram com que várias empresas viessem a reconhecer a necessidade de fornecer informações mais amplas aos seus usuários, entre esses seus trabalhadores. Assim, segundo Danziger,⁶ não existe um balanço para os acionistas e um balanço para o pessoal. O mesmo documento reúne os indicadores úteis para julgar a situação econômica e para apreciar os dados sociais.

O documento publicado em 1975 por “Accounting Standards Steering Committee”, intitulado “The corporate report”, ilustra esta vontade de reunir informações econômicas e sociais num relatório suscetível de informar, de uma só vez, os investidores e os assalariados, isto é, dar àqueles que têm razoavelmente direito uma informação significativa, compreensível, completa, objetiva e comparável. Nesse relatório, figuram os elementos financeiros (contas de valor adicionado) e os elementos estritamente sociais.

Espanha

Nesse país também não existe obrigatoriedade legal de elaborar e publicar o balanço social. Entretanto, algumas empresas o fazem por entenderem que devem ser o mais transparentes possíveis, divulgando informações que tenham por alvo não somente os acionistas, outros investidores e o Estado, mas também os trabalhadores, a comunidade local, os sindicatos, os formadores de opinião e demais interessados.

Segundo Danziger,⁷ dentre as empresas que se destacam pela sua preocupação em divulgar informações mais amplas, encontram-se a Empresa Nacional de Celulose da Espanha, que tem feito enquetes de opinião sobre a oportunidade de publicar informações socioeconômicas não somente junto aos assalariados, mas, inclusive, junto a autoridades locais, regionais e, até mesmo, junto aos consumidores.

Outra empresa que vem desde 1978 publicando o balanço social é o Banco de Bilbao.⁸ Documento amplamente transparente do que ocorre na empresa, tem por alvo diferenciados usuários e cobre basicamente toda a atividade do banco, reportando

⁶ Raymond, Danziger, op. cit.

⁷ Raymond, Danziger, op. cit.

⁸ Balanço Social do Banco de Bilbao, op. cit.

a mais ampla informação. O banco alia matéria social à econômica em seu balanço, destacando particularmente a contabilidade social, onde explicita o valor adicionado, a contabilidade de excedentes e as informações relativas ao seu pessoal. Em resumo, os capítulos dos temas contidos no balanço referem-se a: 1. Estratégias, políticas e funções; 2. Dimensão comunitária; 3. Contabilidade social; 4. Projeção regional; 5. Acionistas; 6. Pessoal; 7. Clientes; 8. Entorno financeiro.

Portugal

Em Portugal, não há obrigação de publicar o balanço social. Em 2 de fevereiro de 1977, foi promulgado o novo “Plano Oficial de Contabilidade”, que introduziu várias modificações e abertura em todos os campos, político, social, comunitário e também na contabilidade.⁹

Dentre as modificações destacam-se uma maior abertura e detalhamento na conta demonstração de resultados do exercício, que divulga, entre outros itens, os gastos com salários, remunerações e outros encargos. Permite, ainda, obter dessa peça contábil o valor adicionado pela empresa, o qual se apresenta de grande importância para a análise de seu desempenho. Outras considerações especialmente referentes ao efetivo de pessoal e sua evolução também são freqüentemente publicadas.

Suécia

Na Suécia, o grau de informação é tão elevado no seio das empresas que não se faz necessária a publicação de um balanço social. Raras são as firmas suecas que o elaboram.

França

A França é até hoje o único país do mundo a ter uma lei que obriga as empresas que tenham mais de trezentos funcionários a elaborar e publicar o balanço social. É a “lei nº 77769 du 12 Juillet 1977 relative au bilan social de L'entreprise”, também conhecida como *Rapport Sudreau*. Seu objetivo principal é informar ao pessoal o clima social na empresa, a evolução do efetivo, em suma, estabelecer as performances da empresa no domínio social.

As considerações de ordem econômica ou de gestão financeira encontram-se excluídas do balanço social. Os usuários desse balanço são o ministro do Trabalho, os

⁹ República Portuguesa, Plano Oficial de Contabilidade, fev. 77

acionistas e os assalariados, desde que façam solicitação à empresa. Qualquer que seja o setor de atividade, todas as entidades que possuam mais de trezentos funcionários o publicam.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta etapa do trabalho, tratar-se-á de um breve perfil da instituição e da análise e interpretação de dados em blocos de temas. Inicialmente, descrever-se-ão, através do modelo de balanço social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análise Sócio Econômica – Ibase, as informações referentes à Universidade de Passo Fundo no ano de 1997; na segunda parte, abordar-se-ão a análise da distribuição da renda, medidas de pobreza e medidas multissetoriais referentes aos dados obtidos na coleta de dados de 707 funcionários e 867 professores; por último, os resultados frente aos objetivos geral e específicos da pesquisa.

3.1 Perfil da instituição

3.1.1 Histórico da instituição

A Universidade de Passo Fundo obteve seu reconhecimento em 1968, desde quando vem trabalhando para atender aos interesses da região. Com o título de Universidade Comunitária Regional, a UPF colabora para um desenvolvimento que vai além da cidade de Passo Fundo.

Desde a sua criação, a universidade estabeleceu centros de extensão em cidades-pólo que, posteriormente, se transformaram nos campi universitários de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Soledade. Neles são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão, dando prioridade à formação de profissionais para o mercado de trabalho.

Da análise dos dados apresentados, conclui-se que a Universidade de Passo Fundo, mediante aplicação de recursos próprios em benefício da sociedade, R\$ 3.060.932, o que representa 5,73% do seu faturamento bruto, ocupa a sexagésima primeira posição entre as quatrocentas maiores entidades filantrópicas do Brasil.

No que se refere ao corpo funcional, os resultados demonstram a constante preocupação da UPF em qualificar o corpo funcional, com 27.216 horas destinadas a programas de treinamento em 1997; aproveitar os funcionários e professores em término de contrato de experiência, o que, em 1997, representava 94,97% e 98,40% de aproveitamento, respectivamente.

A UPF em números

Tabela 1 – Demonstração do balanço social da UPF

1. Base de cálculo	Valor		
1.1 Faturamento bruto	53.416.013		
1.2 Lucro operacional	2.946.566		
1.3 Gastos c/ pessoal	31.750.011		
2. Indicadores Laboriais	Valor R\$	% sobre 1.3	% sobre 1.1
2.1. Encargos sociais	1.913.761	6,03	3,58
2.2. Benefícios	4.657.150	14,67	8,72
2.2.1. Programas de saúde	468.407	1,48	0,88
2.2.2. Capacitação de pessoal	2.910.747	9,17	5,45
2.2.3. Transporte	122.579	0,38	0,23
2.2.4. Nutrição	172.330	0,54	0,32
2.2.5. Bolsas de estudo	983.087	3,10	1,84
Total - Indicadores laboriais	R\$ 6.570.911	20,70%	12,30%
3. Indicadores sociais	Valor R\$	% sobre 1.3	% sobre 1.1
3.1. Contribuições p/ sociedade/Invest Cidadania	3.060.932	9,64	5,73
3.1.1. Gratuidade educacional	2.762.662	8,70	5,17
3.1.2. Serviços de assistência social	298.270	0,94	0,56
Total - Indicadores Sociais	R\$ 3.060.932	9,64%	5,73%
4. Indicadores do corpo funcional	Totais		
4.1. N° empregados ao final do período	1574		
4.2. N° dependentes de empregados	1731		
4.2. N° de admissões durante o período	284		
4.4. N° de desligamentos do período	10		
4.5. N° de participantes em treinamentos	1532		
5. Outras informações relevantes quanto ao exercício da responsabilidade social			

Fonte: Relatório de Atividades da UPF 1997

Tabela 2 - Política de treinamento – Categoria: funcionários

Ano	Quantidade	Participantes	N.º de horas
1994	41	685	11 807
1995	69	1 237	12 980
1996	83	1 596	30 377
1997	113	1 532	27 216

Fonte : DRH - UPF

Tabela 3 - Promoção de professores

Ano	N.º de promoções	Total de empregados	Índice
1994	65	1 329	4,98%
1995	95	1 299	7,31%
1996	73	1 377	5,30%
1997	62	1 574	3,93%

Fonte : DRH - UPF

Tabela 4 - Efetivação dos funcionários no final do contrato de experiência

Ano	Admissões	Dem/Exp.	% efetividade
1994	109	18	83,49%
1995	116	14	87,93%
1996	149	13	91,28%
1997	159	8	94,97%

Fonte : DRH - UPF

Tabela 5 - Efetivação dos professores no final do contrato de experiência

Ano	Admissões	Dem/Exp.	% Efetividade
1994	102	2	98,04%
1995	139	2	98,56%
1996	136	3	97,79%
1997	125	2	98,40%

Fonte : DRH - UPF

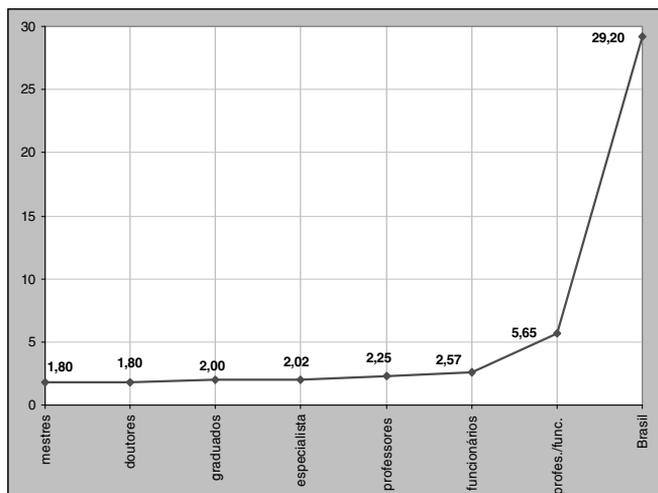
3.1.2 Distribuição da renda entre o quadro funcional

O Brasil não pode ser considerado um país pobre dado o nível do seu PIB *per capita* ser de US\$ 4.790, pois cerca de 75% da população mundial vivem em países com renda *per capita* inferior à do Brasil (Relatório do desenvolvimento humano, 1999)

Entretanto, o grau de desigualdade no Brasil é um dos mais altos de todo o mundo, o que explica como um país com renda *per capita* relativamente elevada pode ainda permanecer com 34% de sua população abaixo da linha de pobreza. A Figura 1 apresenta a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres para o Brasil e UPF no ano de 1997. Esses dados confirmam, de modo inequívoco, o papel essencial da educação na erradicação da pobreza, através de uma distribuição de renda mais igualitária na Universidade de Passo Fundo.

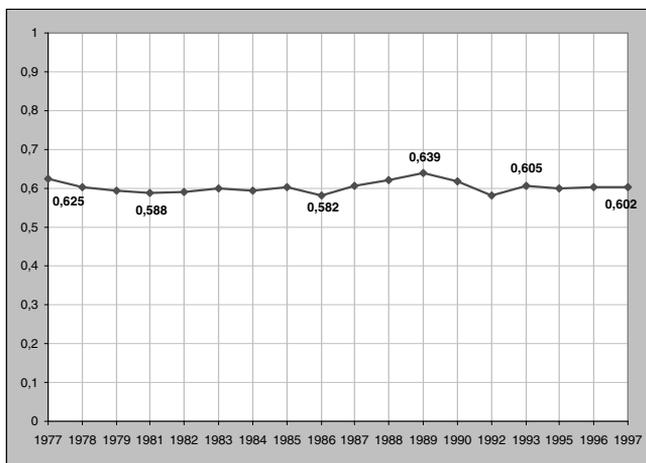
Nas figuras 2 e 3, pode-se observar como evoluiu o grau de desigualdade no Brasil nas duas últimas décadas, através do coeficiente de Gini e da razão entre a renda dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres.

Os resultados, além de mostrar um grau de desigualdade muito alto, revelam que essa desigualdade não tem se atenuado nos últimos tempos, mantendo, ao contrário, uma elevada estabilidade, pois o grau de desigualdade em 1997 é praticamente o mesmo de vinte anos atrás.



Fonte: IPEA - DRH/UPF.

Figura 1 - Razão entre os 20% mais ricos e 20% mais pobres na UPF e no Brasil em 1997.



Fonte: IPEA.

Figura 2 - Índice de Gini para o Brasil de 1977 a 1997.



Fonte: IPEA.

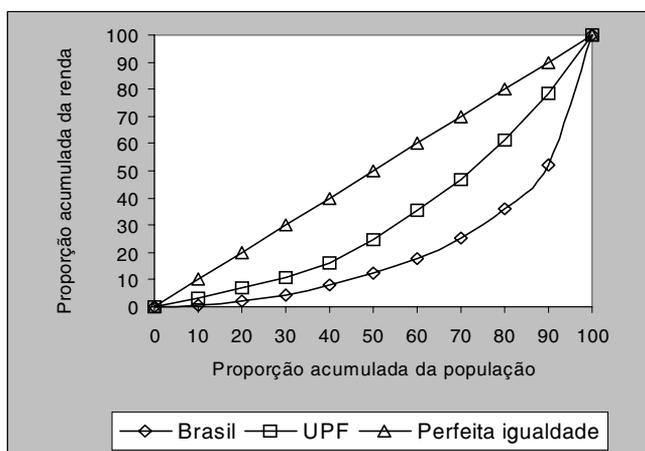
Figura 3 - Razão entre a renda dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres no Brasil.

A Tabela 6 mostra que, em todos os décimos de distribuição de renda entre o quadro funcional da Universidade de Passo Fundo, existe menor concentração de renda do que no Brasil. A visualização de tais dados pode ser feita na Figura 4, onde se pode comparar o índice de Gini para o Brasil em 1997 (0,602) com o índice de Gini para a UPF em 1997 (0,3357). Da sua elaboração derivam os índices de Gini para os professores (0,1746); funcionários (0,2061); professores e funcionários (0,3357); professores graduados (0,1352); professores especialistas (0,1481); professores mestres (0,1204) e professores doutores (0,1061). A conclusão mais importante que se pode extrair desses dados é que, em nenhum momento, a UPF gera desigualdade, mas, sim, está colaborando para a erradicação da pobreza no Brasil.

Tabela 6 - Décimos da distribuição de renda para o Brasil e UPF em 1997

Décimos da distribuição de renda para o ano e 1997										
	1°	2°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	Total
Brasil	0,6	2,2	4,5	7,8	12,1	17,8	25,3	35,8	52,3	100,0
UPF	3,42	6,98	10,56	16,26	24,91	35,34	46,88	61,21	78,70	100,0

Fonte: DRH-UPF e IPEA.



Fonte: DRH/UPF.

Figura 4 - Curva de Lorenz para o Brasil e UPF em 1997.

3.1.3 Medidas de pobreza entre o quadro funcional

A pobreza é reconhecida amplamente como um fenômeno complexo, que vai além dos níveis de renda monetária. O amplo acesso a bens cuja oferta se dá fora do mercado, como educação e assistência à saúde, pode tornar menos pobres populações com um nível efetivo de renda pessoal muito baixo. Segundo Biolchi e Montoya (1999), os conceitos de pobreza se enquadram nas seguintes categorias:

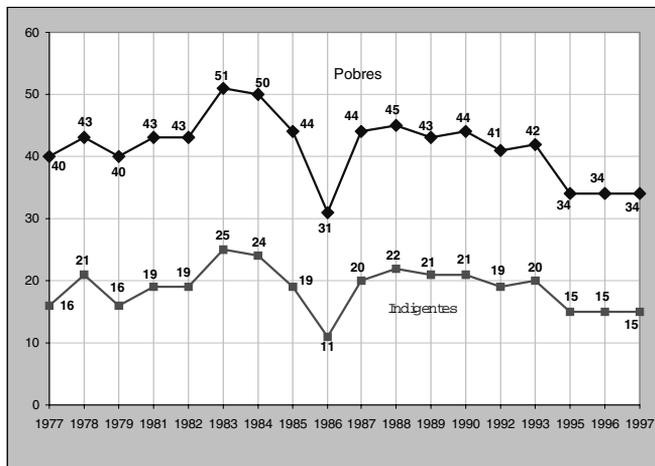
- a) *a pobreza como juízo de valor*: trata-se da maneira como os indivíduos expressam seu grau de satisfação de necessidades, julgam se são pobres ou não;
- b) *a pobreza relativa*: aproxima-se bastante da desigualdade na distribuição de renda, sendo interpretada em relação ao padrão de vida vigente na sociedade; a posição relativa da pessoa determina se deve ser considerada pobre ou não pobre;
- c) *a pobreza absoluta*: expressa uma opinião coletiva, derivada da convicção de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana.

Como o objetivo aqui é traçar um mapa da pobreza entre o quadro funcional da Universidade de Passo Fundo, adotou-se como medida de pobreza a insuficiência de renda, segundo o padrão da Organização Mundial de Saúde (OMS), onde:

- *Pobres*: são pessoas com renda pessoal igual ou inferior a R\$ 149,00; é o valor mínimo para garantir, além da comida, outras despesas, como transportes, habitação, serviços públicos.
- *Indigente*: são pessoas com renda pessoal igual ou menor que R\$ 73,00; é o valor necessário para garantir o consumo calórico (comida) mínimo mensal de uma pessoa recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

No ano de 1997, cerca de 15% da população brasileira, aproximadamente 24 milhões de pessoas, viviam com renda inferior à linha de indigência. Nessa mesma época, 34% dos brasileiros, cerca de 54 milhões de pessoas, viviam abaixo da linha de pobreza. Entre os pobres, a renda média era de 60% da linha de pobreza, sendo, portanto, o hiato de insuficiência de renda próximo a 40%.

Nesses vinte anos, o grau de pobreza variou em função das importantes flutuações macroeconômicas ocorridas no período. O maior grau de pobreza ocorreu no início da década de 1980, quando ultrapassou a marca de 50%; os menores valores se deram após os planos Cruzado e Real, quando a percentagem de pobres foi menor que 35%; no restante do período, a proporção de pobres permaneceu estável entre 40 e 45% (Figura 5).



Fonte: IPEA.

Figura 5 – Proporção de pobres e indigentes no Brasil (1977-1997).

Da análise dos resultado conclui-se que a Universidade de Passo Fundo efetua a distribuição de renda a seu quadro funcional de forma mais igualitária, colocando-o em posição privilegiada, distante de ser considerado como composto por pessoas pobres ou indigentes.

Em nível de Brasil, conclui-se que não é possível erradicar a pobreza sem combinar as instâncias de gestão pública municipais, estaduais e federal e fazer suas ações convergirem para o município, onde se devem realizar concretamente os programas de reversão da exclusão social.

3.1.4 Medidas multissetoriais

O primeiro impacto de um processo de integração econômica é a ampliação da demanda. Com um aumento no gasto autônomo dos indivíduos, ocorrerá um excesso de demanda e as empresas irão responder a esse excesso da demanda pela expansão da sua produção.

Essa expansão da produção, por sua vez, viabiliza um aumento igual na renda e, desse modo, um aumento nas despesas induzidas, aumentando a demanda agregada. Para realmente poder determinar os efeitos dessa demanda final agregada produzidos pela UPF no município de Passo Fundo no qual está inserida, utiliza-se a matriz inversa de Leontief.

Os multiplicadores setoriais em 1995, para a área da educação, são de 1,803640. Com base nesses multiplicadores, pode-se calcular a participação da UPF no PIB do município de Passo Fundo (RS), conforme demonstra a Tabela 7.

Tabela 7 - Multiplicador setorial da educação para 1995.

Multiplicador	Receita UPF em US\$	Valor Agregado	PIB Passo Fundo US\$	% participação no PIB
1,803640	47.846.661	86.298.152	903.430.000	9,55

Fonte: Montoya, 1999.

Da aplicação do multiplicador captam-se os efeitos indiretos e diretos no sistema econômico. Aplicando esse procedimento, pode-se obter a importância relativa da Universidade de Passo Fundo dentro do município de Passo Fundo. A tabela demonstra o resultado: a UPF participa com 9,55% do PIB do município. Comparando a UPF com os 44 municípios que fazem parte da sub-região da Produção do Rio Grande do Sul, constata-se que Palmeira das Missões, Passo Fundo, Sarandi, Chapada e Frederico Westphalen possuem um produto interno bruto (PIB) superior ao da Universidade de Passo Fundo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como escopo avaliar os indicadores sociais contemplados na elaboração do balanço social, visando verificar a equidade na alocação de recursos bem como verificar se esse instrumento satisfaz a todos os usuários da informação contábil. Para isso, foi implementado para a Universidade de Passo Fundo um balanço social que se complementa com técnicas que mensuram a distribuição de renda da empresa e os efeitos multissetoriais de renda.

Dessa forma, os resultados revelados pela pesquisa indicam que a Universidade de Passo Fundo tem procurado responder aos seguintes desafios: de um lado, há uma pressão crescente sobre a instituição com vistas a uma preocupação constante com os aspectos sociais envolvidos em suas decisões; de outro, uma considerável insegurança quanto ao futuro papel da instituição na sociedade.

Em relação aos indicadores sociais contemplados na elaboração do balanço social da universidade, destacam-se os recursos aplicados em benefício da sociedade, o que demonstra a percepção da sua elite decisória em não tratar a rentabilidade econômica

como única responsabilidade de um negócio. Considera, sim, a responsabilidade social e econômica como duas faces da mesma moeda.

Em relação à distribuição de renda e a medidas de pobreza entre o quadro funcional, constata-se a maneira igualitária na distribuição dos recursos, o que valida a aplicabilidade do plano de cargo e salários e Estatuto dos Professores, colaborando, assim, com a erradicação da pobreza no Brasil.

Como conclusão mais importante sobre os resultados derivados da aplicação dessas medidas de desigualdade e pobreza está a distribuição de renda, que, por sua vez, é questão-chave no Brasil e para qualquer empresa. Toda e qualquer inovação imposta às políticas sociais precisa conferir realce à melhor repartição da riqueza nacional.

O combate à pobreza deve ter, portanto, dois enfoques: um voltado para o mercado de trabalho, com ênfase na educação, treinamento e pequenas iniciativas de nível local, a fim de facilitar a inserção no mercado de trabalho de mão-de-obra e promover emprego, de maneira a minimizar a transição em marcha, caso contrário haverá aumento da pobreza; e outro relacionado à distribuição de renda, pois as famílias e pessoas que não podem se inserir no mercado a curto prazo precisam ser atendidas e apoiadas de acordo com as características de suas regiões e de suas condições de vida, o que implica a necessidade de uma política social diversificada e com programas bem específicos.

Em relação à medida multissetorial, a conclusão mais importante que os resultados demonstram é a participação significativa da universidade no PIB entre os 44 municípios pertencentes à Região da Produção, na qual se insere.

Por fim, ressalta-se a importância da elaboração do balanço social e que a sua montagem obedeça a dois requisitos intrínsecos: primeiramente, a utilização de indicadores como medidas de desigualdade, de pobreza e indicadores multissetoriais que reflitam o desempenho da empresa no campo humano e social, ao lado dos que reflitam o grau de satisfação dos empregados e da sociedade como um todo em relação aos programas desenvolvidos; segundo, o caráter participativo que deve presidir o desenvolvimento do processo, desde a escolha dos indicadores a serem utilizados, a definição das metas a serem atingidas em relação a cada indicador, a padronização com que cada um pesa na vida da empresa e, naturalmente, o grau de satisfação dos empregados com os programas e a própria atividade da empresa. Todas as pessoas que trabalham na empresa e integram sua realidade terão, seguramente, uma palavra a dizer a esse respeito; por isso, todas deverão ser ouvidas, o que marcará o caráter participativo do processo, como já foi referido.

Finalmente, cabe salientar que, quando se elabora um balanço social, sempre se objetiva mensurar os impactos das atividades da empresa em nível interno e nível externo. Contudo, a evidência empírica vem demonstrando no Brasil que o balanço social teoriza normalmente os impactos internos, sendo os impactos externos (externalidades) relegados a um segundo plano.

Sob o particular ficou demonstrado nesta pesquisa que esse problema pode ser facilmente superado, quando o balanço social é associado a outras técnicas que mensuram os impactos da empresa no sistema econômico em que está inserida.

Deve-se, ainda, chamar a atenção de que as técnicas propostas são conhecidas amplamente na literatura econômica, contudo não são utilizadas na área contábil. Nesse contexto, salienta-se esse tipo de análise para que possa ser generalizado em qualquer ramo de atividade empresarial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMOL, W. J.; LIKEIT, R.; WALLICH, H. C. et al. *A new nationale for corporate social policy*. Lexington (Mass) Heath Lexington Books, 1970.
- BILBAO, Banco de. *Balance Social del grupo bancario 1979/81*. Espanha: Bilbao, 1982.
- BOLETIM IPAT. Belo Horizonte, ano 9, n. 12, 1997.
- CORRÊA, Angela Maria Cavassia Jorge. *Distribuição de rendimentos e pobreza na agricultura brasileira: 1981-1990*. Piracicaba, 1995.
- DANZIGER, Raymond. *Le bilan social, outil d' information et de gestión*. Paris: Bordas, 1983.
- TINOCO, José Eduardo P. *Balanço social - uma abordagem socioeconômica da contabilidade*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1984.
- HINDRIKSEN, Eldon S. *Accounting theory, homewood*. Tradução espanhola de 1974. Richard D.Irwin,1970.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Estatística para economistas*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- IUDICIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCK, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 1978.
- MARQUES, Edmond. *Le bilan-social, L'homme, l' entreprise, la cité*. Dalloz, 1978.
- MARQUES, Edmond. *Rendre Compte du Social*. *Revue Française de Gestión*, n. 12/13, nov./dec. 1977.
- MARQUES, Edmond. *La comptabilité des ressources humaines*. Paris; Hommes et Techniques, 1974.

- MONTOYA, M. et. al. *Descrição e previsão setorial do desenvolvimento econômico da Região da Produção entre 1970 e 2010*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.
- MOONITZ, Maurice. *The basic postulates of accounting*. New York: AICPA, 1961.
- MOST, Kenneth S. *Accounting theory*. Columbus: Grid, 1977.
- PERETTI, Jean Marie. L'Introduction du Bilan Social. *Revue Française de Gestión*, n. 12/13, nov./dec. 1977.
- PORTUGAL. *Plano oficial de contabilidade*. Fev. 1977.
- KWASNICKA, Eunice Lacava. Contabilização de recursos humanos, o Estado da Arte. *Revista de Administração da USP*, v. 13, n. 4, out./dez. 1978.
- REY, Françoise. Le bilan social, outil d'information. *Revue Française de Gestión*, n. 12/13, nov./dec. 1977.
- REVUE, Française de Gestión. n. 12/13, nov./dec. 1977 (número especial consagrado ao balanço social).
- ROY, Jean Louis. Un nouvel outil de la strategie sociale: le surplus. *Révue Française de Gestion*, n. 12/13, nov./dec, 1977.
- ROSSI, José. *Índice de desigualdade de renda e medidas de concentração Industrial: uma aplicação no caso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zonar, 1982.
- LEONTIEF, W. *The structure of the americam economy*. 2. ed. ampli. New York: Oxford University Press, 1951.
- SOUZA, H. (1997a): Empresa Pública e cidadã. *Folha de São Paulo*, 26 mar.
- SOUZA, H. (1997b): Balanço social: voluntário ou obrigatório?. *Folha de São Paulo*, 7 abr.

SYNOPSIS

SOCIAL BALANCE AT THE UNIVERSITY OF PASSO FUNDO – RS EVALUATION INSTRUMENT FO THE PERFORMANCE IN THE SOCIAL LEVEL

This study had as its main aim to evaluate if the social indicators of the University of Passo Fundo – UPF, located in the state of Rio Grande do Sul, satisfy the interest of all the users of the accounting information. For that, thr following specific objetives were established: to elaborate the social balance at the Universty of Passo Fundo in the period of 1997, proposing mensurable indexes of the social feature that complement it, such as measures of income distribution, poverty, as well as measures of the impactin the economic system of multisectorial feature. The methodology used is based in Hoffmann (1998), Rossi (1982), and leontief (1951). The studied population was the board of employees of UPF im December 1997, formed of 707 employees and 867 professors. The results indicate that the elaboration of the social balance of UPF associated to the indexes of inequality and intersectorial indicator makes the relative importance of the UPF to the society as a whole more understandable. On the other hand, this approach shows potencial to be applied in any branch of activity, because of its importance, objectivity, viability, and because the variables used (salaries, employee’s number, invoicing, etc.) are the same for all entities.

Key-words: social balance, indices of inaquality, sectorial pointer.

SINOPSIS

BALANCE SOCIAL EN LA UNIVERSIDAD DE PASSO FUNDO – RS INSTRUMENTAL DE EVALUACIÓN DEL CUMPLIMIENTO EN NIVEL SOCIAL

El estudio desarrollado tuvo como finalidad principal evaluar si los indicadores sociales de la Universidad de Passo Fundo – UPF, localizada en el estado de Rio Grande do Sul, satisfacen los intereses de todos los usuarios de la información contable. Para esto, se establecieron como objetivos específicos: elaborar el Balance Social en la Universidad de Passo Fundo durante el período de 1997, proponiendo índices de carácter social medibles que lo complemente, entre ellos medidas en cuanto a la distribución de la renta, pobreza, así como medidas del impacto en el sistema económico de carácter multisectorial. Por lo tanto, la metodología utilizada está basada en Hoffmann, (1998), Rossi, (1982) e Leontief (1951). La población estudiada fue el cuadro de funcionarios de la Universidad en diciembre de 1997, compuesta por 707 funcionarios y 867 profesores. Los resultados indican que la elaboración del balance social de UPF asociado a los índices de desigualdad e indicador intersectorial, hacen más comprensible la importancia relativa de UPF sobre la sociedad como un todo. Este abordaje, por otro lado, muestra potencial para ser aplicado a cualquier ramo de actividad, por su importancia, objetividad, viabilidad y porque las variables utilizadas son (salarios, número de empleados, facturamiento, etc.) del mismo carácter para cualquier entidad.

Palabras-clave: balance social, índices de carácter social medibles, indicador intersectorial.